

RESOLUÇÃO Nº 215, DE 4 DE JUNHO DE 2007

O DIRETOR-PRESIDENTE SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA, no uso da atribuição que lhe confere a Resolução nº 019, de 05 de fevereiro de 2007, e o art. 53, inciso III, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 173, de 17 de abril 2006, alterada pela Resolução nº 223, de 12 de junho de 2006, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 240^a. Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2007, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o que consta no Processo nº 02501.001581/2006-85, resolveu:

Art. 1º Emitir outorga preventiva de uso de recursos hídricos a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, CNPJ nº 00.399.857/0001-26, doravante denominada Outorgada, para captação de água no rio São Francisco, com a finalidade de irrigação, em uma área de cinquenta e nove mil hectares, para execução do Projeto Baixio de Irecê, localizado na Região do Vale: Sub-médio São Francisco, Município de Xique-Xique, Estado da Bahia, com vazão máxima total de captação de 208.998,0 m³/h (58.055,0 L/s), perfazendo um volume total anual de 798.240.374,0 m³, distribuídos de forma acumulativa em três etapas:

I – captação - Etapa I:

a) coordenadas geográficas do ponto de captação: 10° 31' 34" de Latitude Sul e 42° 34' 32" de Longitude Oeste;

b) vazão máxima mensal de captação variando conforme Tabela abaixo:

Mês	Vazão	Tempo	Período	Volume (m ³)	
	(m ³ /h)	(h/dia)	(dias/mês)	Diário ¹	Mensal ²
Janeiro	25.130,0	13	27	326.690,0	8.820.630,0
Fevereiro	24.485,0	12	24	293.820,0	7.051.680,0
Março	25.845,0	14	27	361.830,0	9.769.410,0
Abril	24.630,0	16	26	394.080,0	10.246.080,0
Maio	26.345,0	13	27	342.485,0	9.247.095,0
Junho	25.723,0	11	26	282.953,0	7.356.778,0
Julho	25.838,0	16	27	413.408,0	11.162.016,0
Agosto	37.131,0	13	27	482.703,0	13.032.981,0
Setembro	36.779,0	16	26	588.464,0	15.300.064,0
Outubro	37.874,0	13	27	492.362,0	13.293.774,0
Novembro	25.426,0	9	26	228.834,0	5.949.684,0
Dezembro	12.131,0	13	27	157.703,0	4.257.981,0
Média mensal (considerando todo o ano)					9.624.014,4
Média mensal (considerando o período de irrigação)					9.624.014,4
Total máximo anual					115.488.173,0

¹Volume diário (m³) = Vazão (m³/h) x Tempo(h/dia)

²Volume mensal (m³) = Vazão (m³/h) x Tempo(h/dia) x Período (dias/mês)

c) consumo máximo médio anual de 3,41 m³/s.

II – captação - Etapa II:

a) coordenadas geográficas do ponto de captação: 10° 31' 34" de Latitude Sul e 42° 34' 32" de Longitude Oeste; e

b) vazão máxima mensal de captação variando conforme Tabela abaixo:

Mês	Vazão	Tempo	Período	Volume (m³)	
	(m³/h)	(h/dia)	(dias/mês)	Diário ¹	Mensal ²
Janeiro	72.615,0	14	27	1.016.610,0	27.448.470,0
Fevereiro	61.769,0	16	24	988.304,0	23.719.296,0
Março	78.289,0	16	27	1.252.624,0	33.820.848,0
Abril	87.600,0	16	26	1.401.600,0	36.441.600,0
Maio	72.784,0	16	27	1.164.544,0	31.442.688,0
Junho	61.388,0	16	26	982.208,0	25.537.408,0
Julho	84.346,0	16	27	1.349.536,0	36.437.472,0
Agosto	106.807,0	16	27	1.708.912,0	46.140.624,0
Setembro	126.613,0	16	26	2.025.808,0	52.671.008,0
Outubro	106.698,0	16	27	1.707.168,0	46.093.536,0
Novembro	48.839,0	15	26	732.585,0	19.047.210,0
Dezembro	35.737,0	15	27	536.055,0	14.473.485,0
Média mensal (considerando todo o ano)					32.772.803,8
Média mensal (considerando o período de irrigação)					32.772.803,8
Total máximo anual					393.273.645,0

¹Volume diário (m³) = Vazão (m³/h) x Tempo(h/dia)

²Volume mensal (m³) = Vazão (m³/h) x Tempo(h/dia) x Período (dias/mês)

c) consumo máximo médio anual de 11,61 m³/s.

III – captação - Etapa III

a) coordenadas geográficas do ponto de captação: 10° 31' 34" de Latitude Sul e 42° 34' 32" de Longitude Oeste;

b) vazão máxima mensal de captação variando conforme Tabela abaixo:

Mês	Vazão	Tempo	Período	Volume (m³)	
	(m³/h)	(h/dia)	(dias/mês)	Diário ¹	Mensal ²
Janeiro	146.703,0	16	27	2.347.248,0	63.375.696,0
Fevereiro	141.058,0	17	24	2.397.986,0	57.551.664,0
Março	155.649,0	17	27	2.646.033,0	71.442.891,0
Abril	165.300,0	17	26	2.810.100,0	73.062.600,0
Maio	136.192,0	17	27	2.315.264,0	62.512.128,0
Junho	117.723,0	17	26	2.001.291,0	52.033.566,0
Julho	144.778,0	17	27	2.461.226,0	66.453.102,0
Agosto	178.469,0	17	27	3.033.973,0	81.917.271,0
Setembro	208.998,0	17	26	3.552.966,0	92.377.116,0
Outubro	190.613,0	17	27	3.240.421,0	87.491.367,0
Novembro	106.988,0	17	26	1.818.796,0	47.288.696,0
Dezembro	93.103,0	17	27	1.582.751,0	42.734.277,0
Média mensal (considerando todo o ano)					66.520.031,2
Média mensal (considerando o período de irrigação)					66.520.031,2
Total máximo anual					798.240.374,0

¹Volume diário (m³) = Vazão (m³/h) x Tempo(h/dia)

²Volume mensal (m³) = Vazão (m³/h) x Tempo(h/dia) x Período (dias/mês)

c) consumo máximo médio anual de 23,33 m³/s.

Art. 2º A outorga preventiva, objeto desta Resolução, vigorará pelo prazo de três anos, podendo ser convertida em outorga de direito de uso de recursos hídricos, por solicitação da Outorgada, estando condicionada:

I – à reavaliação das áreas irrigadas e das demandas levando em conta as áreas efetivamente implantadas até aquele momento e as perspectivas para as etapas subsequentes,

considerando, ainda, melhoria dos índices de eficiência do uso da água, disponibilidades de novos dados agrometeorológicos e eventuais mudanças no projeto;

II - à apresentação de relatório técnico descrevendo as estratégias, programas e ações a serem implementadas no âmbito do projeto, relacionados à extensão rural, ao manejo da irrigação e ao controle da salinidade dos solos das áreas irrigadas;

III – à apresentação de proposta de monitoramento e controle de perdas de água na captação, condução e aplicação na irrigação;

IV – à apresentação de documentação comprobatória da capacidade técnica-operacional do projeto, com base nos modelos de concessão das infra-estruturas hídricas de uso comum adotados pelas Parcerias Público-Privadas – PPP, explicitando os critérios de seleção dos empreendedores e o funcionamento das parcerias;

V – à apresentação de documentação comprobatória da compatibilidade entre as despesas e receitas do projeto;

VI – à apresentação de relatório técnico contendo o detalhamento da implantação do projeto, com descrição das fases de implantação e do crescimento das respectivas demandas;

Parágrafo único. Para reavaliação das demandas, o usuário deverá considerar, no gerenciamento da irrigação, desde a captação até a aplicação, um índice de eficiência de uso da água global mínimo de 85% respectivamente para ponto.

Art. 3º Esta outorga preventiva não confere o direito de uso de recursos hídricos e se destina a reservar a vazão passível de outorga, possibilitando, ao investidor, o planejamento de seu empreendimento.

Art. 4º A outorga preventiva, objeto desta Resolução, poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

I - descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º;

II - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;

III - incidência nos arts. 15 e 49 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e

IV - indeferimento ou cassação da licença ambiental, se for o caso dessa exigência.

Art. 5º A outorga preventiva, objeto desta Resolução, poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; e

II - quando for necessária a adequação aos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos recursos hídricos.

Art. 6º A Outorgada responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.

Art. 7º Esta Resolução não dispensa nem substitui a obtenção, pela Outorgada, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 8º A outorga preventiva de que trata o art. 1º desta Resolução, está sujeita à cobrança na forma da lei.

Art. 9º A Outorgada se sujeita à fiscalização da ANA, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Resolução.

Art. 10 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BENEDITO BRAGA